

A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS COMO PERSPECTIVA DE POLÍTICA DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

Silvia Patrícia da Costa Oliveira¹

¹Mestra do Curso de Ciências da Educação da Universidade Católica Dom Bosco- MS –

silpatyca@gmail.com

RESUMO

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) configura-se como uma política pública essencial à garantia do direito à educação para sujeitos que, por diferentes razões, não tiveram acesso ou permanência na escola na idade considerada regular. Inserida em um contexto marcado por profundas desigualdades sociais, essa modalidade assume um papel estratégico na promoção da inclusão educacional e na ampliação das oportunidades de participação social. O presente artigo tem como objetivo analisar a EJA enquanto instrumento de transformação social, discutindo sua trajetória histórica, os desafios enfrentados pelos sujeitos envolvidos e os limites das políticas públicas voltadas para essa modalidade. Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, de natureza bibliográfica, fundamentada em autores como Freire, Arroyo, Gadotti e Goffman, além de documentos legais que orientam a educação brasileira. Os resultados apontam que, embora a EJA represente uma importante oportunidade de reinserção social e escolar, ainda enfrenta entraves significativos, como a evasão, a fragilidade das políticas públicas, a insuficiência na formação docente e os estigmas que recaem sobre seus estudantes. Evidencia-se, ainda, a necessidade de práticas pedagógicas mais contextualizadas, que considerem as experiências de vida dos educandos. Conclui-se que o fortalecimento da EJA requer ações articuladas que garantam não apenas o acesso, mas a permanência e o sucesso dos sujeitos, reafirmando a educação como direito e como prática de transformação social.

Palavras-chave: Educação de Jovens e Adultos; Políticas Públicas; Inclusão; Transformação Social; Estigmas.

1 INTRODUÇÃO

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) configura-se como uma modalidade de ensino que assegura o direito à educação àqueles que não tiveram acesso ou continuidade aos estudos na idade apropriada. Prevista na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96), especialmente nos artigos 37 e 38, essa modalidade representa um avanço significativo no reconhecimento da educação como direito universal, reafirmando o compromisso do Estado com a inclusão educacional.

Entretanto, apesar dos avanços legais, a EJA ainda se apresenta como um campo permeado por desafios históricos e estruturais que comprometem sua efetivação enquanto



política pública de inclusão. A realidade vivenciada por essa modalidade revela um cenário marcado por desigualdades sociais, evasão escolar, fragilidade das políticas educacionais e dificuldades no processo de ensino-aprendizagem.

A escolha deste tema justifica-se pela necessidade de compreender a EJA para além de uma proposta compensatória, reconhecendo-a como espaço de reconstrução de trajetórias, de ressignificação de experiências e de promoção da cidadania. Os sujeitos da EJA carregam histórias marcadas por exclusões, interrupções escolares e condições socioeconômicas adversas, o que exige um olhar pedagógico diferenciado e sensível às suas especificidades.

Nesse contexto, o presente estudo tem como objetivo refletir sobre a Educação de Jovens e Adultos enquanto instrumento de transformação social, analisando as contribuições das políticas públicas, os desafios enfrentados pelos estudantes e os estigmas que permeiam essa modalidade de ensino.

Parte-se do pressuposto de que a educação deve ultrapassar a dimensão instrumental e assumir um papel político e social, contribuindo para a formação de sujeitos críticos e conscientes. Assim, discutir a EJA implica reconhecer sua importância na construção de uma sociedade mais justa, democrática e inclusiva.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 A trajetória histórica da EJA no Brasil

Para melhor compreensão do leitor, acerca da Educação de Jovens e Adultos, é necessário se abordar alguns conceitos, que caracterizam essa modalidade de ensino, como uma proposta flexível, que respeita as diferenças individuais e valoriza os saberes de cada indivíduo, adquiridos ao longo de suas vivências. De acordo com Gadotti (2003, p.15):

O conceito de Educação de Jovens e Adultos vai se movendo na direção ao de educação popular na medida em que a realidade começa a fazer algumas exigências à sensibilidade e à competência científica dos educadores e educadoras. Uma dessas exigências tem a ver com a compreensão crítica dos educadores do que vem ocorrendo na cotidianidade do meio popular.

A Educação de Jovens e Adultos é uma modalidade de ensino, que possibilita acesso a um direito garantido, àqueles que por algum motivo foram excluídos dos bancos escolares e não tiveram acesso à escola na idade apropriada.



A educação de jovens e adultos é toda educação destinada àqueles que não tiveram oportunidades educacionais em idade própria ou que tiveram de forma insuficiente, não conseguindo alfabetizar-se e obter os conhecimentos básicos necessários (PAIVA, 1973, p. 16).

A Educação de Jovens e Adultos no Brasil possui uma trajetória marcada por avanços e retrocessos, refletindo as desigualdades sociais que historicamente caracterizam o país. Desde o período colonial, as iniciativas voltadas à educação de adultos eram limitadas e, em grande medida, vinculadas a interesses religiosos, como ocorreu com a atuação dos jesuítas.

A história da Educação de Jovens e Adultos no Brasil, teve início no Período Colonial, com a chegada dos portugueses. A educação nesse período, foi desenvolvida pelos jesuítas e seu objetivo era propagar a fé católica e educar à elite colonizadora. Os jesuítas propagavam uma ação educativa, voltada para adultos brancos e indígenas, a partir de estudos voltados às primeiras noções de religião católica.

Eles perceberam, que seria mais fácil converter os índios ao catolicismo, ensinando-lhes, ao mesmo tempo, a leitura e a escrita. Fundaram escolas de ler e escrever nas aldeias. Nesse período, percebeu-se a necessidade de incluir os filhos dos colonos, visto que os jesuítas eram os únicos educadores

Ao longo do século XX, surgiram diversas campanhas de alfabetização com o objetivo de reduzir os índices de analfabetismo, porém tais iniciativas eram frequentemente descontinuadas e desarticuladas, não garantindo a permanência dos sujeitos no processo educativo. Dessa forma, a educação de adultos permaneceu, por muito tempo, à margem das políticas educacionais.

Somente com a Constituição Federal de 1988 a educação passou a ser reconhecida como direito de todos, independentemente da idade, consolidando um marco importante na história da educação brasileira. Posteriormente, a Lei nº 9.394/96 reforçou esse direito ao instituir a EJA como modalidade da educação básica.

Apesar desses avanços legais, observa-se que a implementação efetiva da EJA ainda enfrenta desafios, evidenciando a necessidade de políticas públicas mais consistentes e comprometidas com a realidade dos sujeitos atendidos.

2.2 Estigmas e desafios na EJA no Brasil



A cultura dominante da sociedade em que se vive, impõe padrões que são decisivos na constituição de estereótipos, categorizando os indivíduos a partir de valores que os definem no cenário social, como sujeitos de condições favoráveis ou desfavoráveis em relação aos demais, levando em geral à discriminação, ou marginalização dos sujeitos estigmatizados. O estigma, é um sinal profundamente depreciativo, utilizado para afastar de um grupo dominante, algum indivíduo ou um conjunto de pessoas com determinadas características que os diferenciam da norma, resultando em indivíduos rejeitados, objeto de discriminação e excluídos da participação em diversas áreas da sociedade. “É a situação do indivíduo que está inabilitado para aceitação social plena” (GOFFMAN, 1988).

A sociedade estabelece os meios de categorizar as pessoas e o total de atributos considerados como comuns e naturais para os membros de cada uma dessas categorias. Os ambientes sociais estabelecem as categorias de pessoas que têm probabilidade de serem neles encontradas (...) Então, quando um estranho nos é apresentado, os primeiros aspectos nos permitem prever a sua categoria e os seus atributos, a sua “identidade social” (GOFFMAN, 1988, p.11-12).

Um dos principais desafios enfrentados pela EJA refere-se aos estigmas sociais que recaem sobre seus estudantes. Esses estigmas estão associados à ideia de fracasso escolar, atraso e incapacidade, contribuindo para a marginalização desses sujeitos.

De acordo com Goffman (1988), o estigma é um atributo que desqualifica o indivíduo perante a sociedade, afetando sua identidade social. No contexto da EJA, essa condição impacta diretamente a autoestima dos estudantes e sua relação com o processo educativo.

Nesse sentido, se entende que com os alunos da EJA, estigmatizados de um modo particular, essas fases não ocorrem na mesma velocidade, entretanto, eles tendem a ter experiências semelhantes de aprendizagem relativa à sua condição, e de alguma forma, devem ajustar as suas peculiaridades a esta carreira moral que lhes é imposta.

Assim, o desenvolvimento de cada etapa, depende substancialmente do contato direto com a sociedade letrada, ocasião da migração, em boa parte dos casos, e, mais designadamente, da entrada na escola (GOFFMAN, 1988).

Portanto, a entrada no ambiente escolar, possibilita a saída do indivíduo do seio do encapsulamento familiar, da proteção dos conceitos e estigmas que o diminuem; e com seu ingresso na escola, a fase C, descrita acima, é imposta brutalmente.



Além disso, os sujeitos da EJA enfrentam desafios relacionados à conciliação entre trabalho, família e estudos, dificuldades de aprendizagem e falta de apoio institucional, fatores que contribuem para a evasão escolar. Diante disso, torna-se fundamental que a escola atue como espaço de acolhimento e valorização, promovendo práticas pedagógicas inclusivas e significativas.

2.3 Políticas públicas e limites da EJA

As Políticas Públicas, são essenciais para a vida de todos os cidadãos, de todas as escolaridades, independente de sexo, raça, religião ou nível social. Elas têm como função principal, promover o bem-estar da sociedade e desenvolver ações, que favoreçam a qualidade de vida em todas as áreas. Refletir sobre Políticas Públicas, é importante para entender, a maneira pela qual elas atingem diretamente a vida da população e o que pode ser feito para melhorá-las.

Atualmente, muito se tem discutido da importância da Educação de Jovens e Adultos em nosso país. Diversas campanhas foram criadas, com o objetivo de reduzir o analfabetismo de jovens e adultos no cenário brasileiro, porém, estas não foram suficientes para alfabetizar grande parte da população brasileira, pois, prioriza a ideia que para o adulto bastava aprender a ler e escrever, devido ao estigma em torno dessa população, que trata da escolarização da EJA como algo não prioritário na educação de nosso país. Essa história é marcada pela descontinuidade e desarticulação das ações, atrelada à falta de Políticas Públicas específicas, para o setor que gera como resultado, um grande número de adultos não escolarizados.

A história da EJA no cenário brasileiro é marcada por lutas e resistências, embora, seja um direito garantido por lei, a EJA, enquanto modalidade educacional do ensino regular, ainda apresenta grandes impasses, verdadeiras lutas travadas contra a falta de compreensão e reconhecimento na sociedade.

Esse modo de tratar os adultos analfabetos implica uma deformada maneira de vê-los, como se eles fossem totalmente diferentes dos demais. Não se lhes reconhece a experiência existencial bem como o acúmulo de conhecimentos que esta experiência lhes deu e continua dando. Como seres passivos e dóceis, pois que assim são vistos e assim são tratados, os alfabetizando devem ir recebendo aquela “transfusão” alienante da qual, por isso mesmo, não pode resultar em nenhuma contribuição ao processo de transformação da realidade. (FREIRE, 2011, p. 17).



Embora a Educação de Jovens e Adultos, tenha sido bastante discutida entre as décadas de 1950 e 1980, a EJA, se tornou um assunto invisível no Brasil. Hoje, ela reflete o descaso do poder público, em efetivar e garantir a educação e a cidadania, aqueles que sempre tiveram esse direito negado em nossa sociedade.

A ausência de conhecimento, em relação à educação de jovens e adultos, contribui para a falta de compreensão crítica dos nossos governantes, em criar programas na área educacional, materiais didáticos e diretrizes, que estejam de acordo com a necessidade educacional do jovem e adultos, levando-se em conta, seus anseios e dificuldades, respeitando as suas dúvidas, os medos, o cansaço da jornada de trabalho, as condições sociais, etc. Dessa forma, qualquer programa educacional que não atenda essas peculiaridades, estarão a meio caminho do fracasso, pois não levam em consideração as condições sociais e culturais dos educandos.

Arroyo (2011), declara que a partir da segunda metade dos anos de 1990, vários programas foram implementados em diferentes níveis de governo, em sua grande maioria movidos pela preocupação com o crescimento do desemprego e da violência entre os jovens. Em várias iniciativas, a EJA, é chamada a contribuir proporcionando novas oportunidades educacionais aos jovens pobres, muitas vezes a partir de uma visão equivocada do seu papel e do seu alcance como alternativa à exclusão social.

A EJA é uma modalidade repleta de complexidade, que necessita de definições e posições claras, visto que, os educandos são sujeitos sociais que se encontram no centro de um processo complexo, que vai muito além de uma modalidade de ensino, pois fazem parte de uma história de vida desenvolvida em meio a lutas e movimentos sociais desencadeados ao longo de nossa história.

As políticas públicas voltadas para a EJA têm avançado nas últimas décadas, especialmente no que se refere ao acesso à educação. No entanto, ainda existem lacunas significativas que comprometem a qualidade dessa modalidade.

A falta de investimentos, a ausência de formação específica para professores e a inadequação dos currículos são alguns dos principais desafios enfrentados. Arroyo (2011) destaca a necessidade de repensar as políticas educacionais a partir das realidades dos sujeitos



da EJA, evitando a reprodução de modelos tradicionais que não dialogam com suas especificidades.

Nesse sentido, é fundamental que as políticas públicas sejam articuladas de forma a garantir não apenas o acesso, mas também a permanência e o sucesso dos estudantes.

2.4 EJA como instrumento de transformação social

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) configura-se como uma relevante política pública no campo educacional, assumindo um papel estratégico na promoção da transformação social, especialmente em contextos marcados por profundas desigualdades, como o brasileiro. Ao possibilitar o acesso à escolarização para sujeitos historicamente excluídos do sistema educacional, essa modalidade não apenas amplia o direito à educação, mas também contribui para a ressignificação de trajetórias individuais e coletivas, promovendo a inserção social, econômica e cultural desses sujeitos.

Nesse sentido, a EJA ultrapassa a lógica compensatória que, por muito tempo, marcou sua organização, passando a ser compreendida como espaço de construção de cidadania e de emancipação social. Os sujeitos que integram essa modalidade não buscam apenas a certificação escolar, mas, sobretudo, o reconhecimento de seus direitos, a valorização de suas experiências e a ampliação de suas possibilidades de participação ativa na sociedade (ARROYO, 2005).

A partir da perspectiva freireana, a educação deve ser entendida como prática de liberdade, na medida em que possibilita aos sujeitos a leitura crítica do mundo e a construção de uma consciência transformadora. Para Freire (2001), ensinar não se reduz à transmissão de conteúdos, mas implica a criação de condições para que os educandos se reconheçam como sujeitos históricos, capazes de intervir na realidade. Nessa direção, a EJA exige uma prática pedagógica dialógica, que valorize os saberes construídos ao longo da vida e estabeleça uma relação horizontal entre educador e educando.

Complementarmente, Arroyo (2005) ressalta que os sujeitos da EJA são constituídos por trajetórias marcadas por processos de exclusão, mas também por experiências de resistência e sobrevivência. Esses sujeitos carregam consigo conhecimentos oriundos de suas vivências sociais, culturais e profissionais, que precisam ser reconhecidos como legítimos no espaço escolar. Dessa forma, a prática pedagógica na EJA deve considerar essas especificidades,



promovendo um currículo que dialogue com a realidade dos educandos e contribua para sua emancipação.

Além disso, ao se constituir como espaço de inclusão educacional, a EJA desempenha um papel fundamental na redução das desigualdades sociais, uma vez que possibilita o acesso a conhecimentos sistematizados e ao desenvolvimento de competências necessárias para a inserção no mundo do trabalho e para o exercício da cidadania (GADOTTI, 2000). Nesse contexto, a educação assume uma dimensão política, ao contribuir para a formação de sujeitos críticos, capazes de questionar as estruturas sociais e atuar na transformação da realidade.

Entretanto, é importante destacar que o potencial transformador da EJA não se efetiva de maneira automática, estando diretamente condicionado à qualidade das políticas públicas implementadas, à formação dos educadores e às condições concretas de funcionamento das instituições escolares (ARROYO, 2011). Quando desarticulada de práticas pedagógicas críticas e de políticas educacionais consistentes, a EJA corre o risco de reproduzir as mesmas desigualdades que busca combater.

Dessa forma, compreender a Educação de Jovens e Adultos como instrumento de transformação social implica reconhecer sua complexidade e seu caráter político, exigindo a construção de práticas educativas comprometidas com a inclusão, a valorização dos sujeitos e a promoção de uma educação verdadeiramente emancipadora.

3 METODOLOGIA

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa, de natureza bibliográfica. A abordagem qualitativa justifica-se pela necessidade de compreender a complexidade da Educação de Jovens e Adultos a partir de diferentes perspectivas teóricas, sociais e pedagógicas.

A pesquisa bibliográfica foi realizada por meio da análise de livros, artigos científicos e documentos oficiais que abordam a temática da EJA, com destaque para autores como Freire, Arroyo, Gadotti e Goffman, que contribuíram significativamente para a compreensão da educação como prática social e política.

A análise dos dados foi organizada por meio de categorias temáticas, como transformação social, estigmas, políticas públicas e desafios educacionais, possibilitando uma reflexão crítica sobre a efetividade da EJA enquanto política de inclusão.



4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Educação de Jovens e Adultos constitui-se como uma política pública essencial para a promoção da inclusão social e para a efetivação do direito à educação, especialmente para aqueles que, por diferentes razões, foram historicamente excluídos do sistema educacional. Ao possibilitar o retorno à escola, a EJA não apenas contribui para a escolarização dos sujeitos, mas também para a reconstrução de suas trajetórias, ampliando suas possibilidades de inserção social, profissional e cidadã.

A análise desenvolvida ao longo deste estudo evidenciou que, embora a EJA represente uma importante estratégia de transformação social, ainda enfrenta desafios significativos que comprometem sua efetividade. Dentre esses desafios, destacam-se os estigmas sociais que recaem sobre os estudantes, a evasão escolar, a insuficiência de políticas públicas mais consistentes e a fragilidade na formação docente para atuar nessa modalidade. Esses elementos, quando articulados, contribuem para a permanência de práticas excludentes que dificultam o pleno desenvolvimento dos sujeitos.

Além disso, constatou-se que a EJA ainda é, em muitos contextos, tratada de forma secundária no interior das políticas educacionais, o que se reflete na falta de investimentos, na precarização das condições de ensino e na ausência de propostas pedagógicas que dialoguem efetivamente com as especificidades desse público. Tal cenário reforça a necessidade de repensar a EJA a partir de uma perspectiva mais crítica e comprometida com a realidade dos educandos, superando modelos tradicionais que não atendem às suas demandas.

Nesse sentido, torna-se imprescindível fortalecer a EJA como espaço de construção de saberes, de valorização das experiências de vida e de promoção da autonomia dos sujeitos. Para isso, é necessário investir na formação continuada dos professores, na elaboração de currículos mais flexíveis e contextualizados e na implementação de políticas públicas que garantam não apenas o acesso, mas também a permanência e o sucesso dos estudantes.

Ademais, é fundamental compreender que a transformação social proposta pela EJA não se limita ao espaço escolar, mas se estende às relações sociais mais amplas, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa, democrática e inclusiva. A educação, nesse contexto, deve ser entendida como prática social e política, capaz de promover a conscientização e a emancipação dos sujeitos, conforme defendido por Freire.



Por fim, conclui-se que a consolidação da Educação de Jovens e Adultos enquanto política de transformação social depende de um compromisso coletivo, que envolva o Estado, as instituições educacionais e a sociedade civil, no sentido de reconhecer a importância dessa modalidade e de garantir condições reais para sua efetivação. Mais do que assegurar o direito à educação, é necessário garantir uma educação de qualidade, que respeite as singularidades dos sujeitos e contribua para a construção de novas possibilidades de vida.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel. **Educação de jovens e adultos**: sujeitos, saberes e práticas. Petrópolis: Vozes, 2005.

ARROYO, Miguel. **Currículo, território em disputa**. Petrópolis: Vozes, 2011.

BRASIL. **Lei nº 9.394/96**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

GADOTTI, Moacir. **Educação de jovens e adultos**. São Paulo: Cortez, 2000.

GOFFMAN, Erving. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: LTC, 1988.

PAIVA, Vanilda P. **Educação popular e educação de adultos**. 5.ed. São Paulo: Loyola, 1983.

PAIVA, V. P. **Educação Popular e Educação de Adultos**. São Paulo: Edições Loyola, 1987.

